

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE – MG, REALIZADA NO DIA 03 (TRÊS) DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, NO HORÁRIO DAS DEZENOVE HORAS.

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das dezenove horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, situado a Praça São Francisco de Assis, nº 07, desta cidade, sob a Presidência da Vereadora Maísa Renata Batista Gianini, e Secretariada pelo Vereador Primeiro-Secretário, Pedro Sérgio Aparecido, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Verde, em caráter Ordinário, devidamente convocada na forma regimental, com presença verificada dos Senhores(as)Vereadores(as): João Paulo de Moraes, José Maria Messias, Juscelino Tereza, Liamara Pereira Castello Branco, Lucas Guilherme da Silva, Luiz Carlos Ribeiro, Maísa Renata Batista Gianini, Marcos Alexandre da Silva e Pedro Sérgio Aparecido. Lembrando que o Vereador Juscelino Tereza retornou aos trabalhos Legislativos, após alta médica devidamente apresentada. Em seguida, a Sra. Presidente solicita ao Vereador Pedro Sérgio Aparecido que proceda a leitura de um texto bíblico como de costume. Iniciada a Reunião, a Sra. Presidente cumprimenta e agradece todos os presentes nesta Reunião Ordinária desta Legislatura 2025/2028. Em seguida, passa-se a fase do **EXPEDIENTE**, e solicita ao Vereador Secretário, Pedro Sérgio Aparecido, que proceda a leitura das correspondências constantes no expediente, as quais ficarão arquivadas nas dependências da Secretaria da Câmara. Na sequência, passa-se ao **USO DA TRIBUNA LIVRE POR MUNÍCIPES**: A Sra. Presidente diz que em atenção a utilização da Tribuna Livre pelo munícipe Sr. Roberto Carlos de Assis, servidor da COPASA, na Reunião do dia 27 de outubro de 2025 será lida a Moção de Repúdio encaminhada aos Deputados Mineiros. Solicita a Sra. Auricélia, que proceda a leitura da **MOÇÃO DE REPÚDIO À APROVAÇÃO DA PEC 24/2023 (“PEC DO CALA-BOCA”) E À POSSÍVEL PRIVATIZAÇÃO DA COPASA**, para conhecimento de toda população. Lembrando que esta Moção foi encaminhada a todos os Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em seguida a Sra. Presidente consulta o Vereador Segundo - Secretário, Sr. Marcos Alexandre da Silva, se há inscritos para utilização da palavra livre. Este informa, que estão inscritos para utilização da palavra livre os(a) Vereadores(a): Lucas Guilherme da Silva e Liamara Pereira Castello Branco. De uso da palavra livre o Vereador **Lucas Guilherme da Silva diz**: Hoje, minha fala nesta tribuna é marcada por profunda tristeza. O prefeito vetou parcialmente o projeto de lei de minha autoria, o qual foi aprovado com o apoio da maioria dos vereadores desta Casa, apoio pelo qual reitero meus agradecimentos. O veto parcial veio acompanhado de uma emenda substitutiva que propõe restringir a concessão do medidor digital de glicose tipo livre apenas a pessoas com até 17 anos de idade e em situação de vulnerabilidade econômica, sendo essa triagem realizada pela Secretaria de Assistência Social. Essa proposta representa uma limitação excessiva. Nosso município possui poucos pacientes acometidos pela diabetes tipo 1. Já foi discutido nesta Casa que o custo para a Prefeitura é irrisório, considerando o orçamento anual de R\$ 80 milhões, com margem para despesas emergenciais na área da saúde. Essa restrição fere o princípio da universalidade do SUS, que garante acesso à saúde a todos, sem distinção. Uma pessoa em vulnerabilidade econômica pode retirar medicamentos

na farmácia popular, mas uma pessoa fora dessa condição também tem esse direito. A saúde é universal, deve ser equânime e integral, especialmente em casos de doenças crônicas como a diabetes tipo 1, que exige tratamento contínuo e completo. Agradeço a presença dos cidadãos que estão aqui hoje, muitos dos quais necessitam desses aparelhos. Antecipadamente, peço aos vereadores que, ao final da reunião, conversem comigo para que possamos unir forças e derrubar o veto do prefeito, mantendo a integralidade do projeto aprovado. Não faz sentido envolver a Assistência Social em uma questão que é claramente de competência da Saúde. Imaginem uma senhora de 90 anos, que precisa aplicar insulina várias vezes ao dia, sem condições adequadas de monitoramento. Sabemos que os aparelhos fornecidos pelo SUS têm apresentado falhas, com diversas reclamações e até ações judiciais em outras cidades. O tratamento básico oferecido não garante o conforto e a dignidade que os pacientes merecem. E não se trata apenas de conforto, mas de dignidade. Reitero meu pedido de apoio aos vereadores para que possamos derrubar o veto e garantir a efetividade do projeto de lei aprovado por esta Casa. O segundo ponto que trago diz respeito à postura do Poder Executivo em relação aos requerimentos enviados por esta Casa. A forma como têm sido respondidos demonstra falta de respeito, não apenas comigo, mas com diversos vereadores. As respostas são superficiais, sem embasamento técnico, o que é inadmissível. Estamos aqui representando a população. Quando levamos demandas legítimas ao Executivo, esperamos respostas à altura. Os requerimentos que fiz foram solicitados por profissionais da educação, não foram invenções minhas. Cumpro meu papel de representante e estou à disposição para trabalhar pelas demandas que me são apresentadas. Na reunião do dia 29 de setembro, apresentei perguntas objetivas e recebi respostas com total descaso. Hoje, protocolei novo requerimento, mais extenso, com cerca de três a quatro páginas, reforçando que o Executivo tem obrigação constitucional de responder ao Legislativo. Não estamos pedindo favores, estamos exercendo nossa função. Se o desrespeito continuar, poderemos chegar ao ponto de convocar novamente a Secretária de Educação ou até mesmo formalizar denúncias junto à Promotoria e ao Tribunal de Contas. Não queremos chegar a esse extremo. Por isso, estou reforçando o requerimento como medida de bom senso. Não desejo desgaste, apenas que o Executivo cumpra sua função e responda de forma objetiva. Muitos problemas seriam evitados se o Executivo desse mais atenção aos profissionais e servidores. Eles nos procuram porque falta diálogo com o governo, e isso ocorre em diversos setores. Como vereadores, temos o dever de estar à disposição da população. Por fim, o terceiro assunto que gostaria de abordar é sobre a CEMIG. Conversei com o vereador Pedro antes da reunião e relatamos que a energia elétrica tem oscilado com frequência, especialmente após chuvas fortes. Essa instabilidade coloca em risco os eletrodomésticos da população e afeta diretamente quem depende da energia para trabalhar, como é o caso de quem atua com ordenha mecânica, por exemplo, o vereador Marcos pode confirmar essa informação. O Vereador **Marcos Alexandre da Silva solicita um aparte e diz:** Até hoje, na hora em que saí lá da Serra, a energia já tinha caído três vezes seguidas. Ela chegou a voltar, mas caiu novamente, e até o momento em que deixei o local, ainda não havia sido restabelecida. O Vereador **Lucas diz:** Gostaria de destacar que essa situação é perigosa e causa prejuízos à população.

Quando há danos, é muito trabalhoso conseguir ressarcimento por parte da CEMIG. Por isso, solicito o apoio de todos os vereadores para que possamos transformar essa demanda em um requerimento, solicitando à CEMIG que realize manutenções preventivas com mais eficiência nas redes de distribuição. É necessário verificar as condições dessas redes, especialmente em locais onde há árvores próximas que colocam em risco a estrutura. Sabemos que, com a ocorrência de chuvas, galhos podem cair sobre a rede elétrica. Embora seja um evento natural, trata-se de algo previsível. Sabemos que vai chover, que vai ventar, e para uma empresa do porte da CEMIG, isso deveria ser considerado e prevenido. Aproveito também a oportunidade para dar boas-vindas ao nosso colega vereador Juscelino. A vereadora Tereza passou por dificuldades, não é mesmo, Juscelino? Mas agora está firme e forte conosco. Que Deus continue te iluminando e te abençoando. Era isso, Senhora Presidente. De uso da palavra livre a Vereadora **Liamara Pereira Castello Branco diz:** Hoje venho com grande indignação para tratar de questões relacionadas ao cemitério municipal. Há algum tempo, o Dr. Douglas esteve nesta Casa e fez um apelo para que fossem tomadas providências quanto a algumas situações no local. Algumas medidas foram adotadas na época, e chegou-se a mencionar a realização de uma visita técnica, a chamada “Câmara de Ação”, que infelizmente não ocorreu, reconheço que falhamos nesse compromisso. Recentemente, recebi uma reclamação sobre um fato preocupante. Um cidadão estava revestindo o túmulo de seu pai e relatou, em uma loja, que não conseguia suportar o mau cheiro vindo de um túmulo próximo. Um funcionário meu foi até o local para entregar material e voltou dizendo que não havia condições de permanecer ali. Ao buscar informações, soube que o túmulo de uma moça, vítima de disparo de arma de fogo, havia sido fechado de forma inadequada, sem o devido reboco, o que causou o odor insuportável. Isso teria ocorrido, salvo engano, entre quarta e sexta-feira, por conta do feriado, não tenho certeza da data exata. Considero isso uma falta de respeito tanto com a pessoa sepultada quanto com seus familiares. Estive no cemitério para realizar limpeza em túmulos e constatei, mais uma vez, a dificuldade histórica com o abastecimento de água. Mesmo com a instalação de caixas d’água, é preciso buscar água com balde, e muitas vezes ela já está esgotada, especialmente próximo ao Dia de Finados, quando há maior movimentação. Além disso, não há estrutura mínima para os visitantes: falta água potável, não há banheiros, nem área coberta. Quem esteve lá recentemente enfrentou chuva, eu mesmo fui surpreendido por duas chuvas, uma no sábado e outra ontem. Se alguém estiver em um sepultamento e começar a chover, não há onde se abrigar. É urgente que se faça uma reestruturação séria no cemitério. O muro está em péssimas condições, e o lixo que antes ficava do lado de fora foi simplesmente empilhado após a reforma. O acesso pelo portão dos fundos continua precário. Solicito que sejam tomadas providências imediatas quanto à estrutura do cemitério e que se apure o ocorrido no sepultamento citado. As pessoas sepultadas ali não votam mais, mas seus familiares sim, e merecem respeito. O Vereador **João Paulo de Moraes solicita um aparte e diz:** Gostaria de

reforçar sua fala sobre o muro lateral do cemitério. Aquela parte está toda deteriorada, correndo o risco de até mesmo um cachorro conseguir entrar a qualquer momento. Do lado do cafezal, os muros estão em péssimas condições e precisam de atenção urgente.

A **Vereadora Liamara diz:** Naquele dia, o Dr. Douglas esteve aqui e expressou sua indignação com relação à situação do cemitério. Infelizmente, tudo continua do mesmo jeito. Precisamos ir até lá, fazer um planejamento adequado e tomar providências. É necessário formalizar essa demanda por meio de um requerimento, para que possamos cobrar ações efetivas e ver se, finalmente, alguma medida será tomada.

O **Vereador Marcos Alexandre da Silva solicita um aparte e diz:** Vereadora Lia, penso que deveríamos elaborar um requerimento, assinado por todos os vereadores, solicitando uma reforma no cemitério, não para este ano, pois sabemos que o orçamento da Prefeitura já está comprometido, mas para o próximo ano. Essa já é a segunda reclamação que recebemos. Na primeira, o Dr. Douglas esteve aqui na Câmara, explicou a situação e pediu providências. Agora surge uma nova reclamação, e não podemos esperar que venham novamente pedir por melhorias. Acredito que devemos formalizar esse pedido ao prefeito, solicitando que, no próximo ano, seja feita uma reestruturação no cemitério. O local foi mal planejado desde o início. Há previsão de ampliação, mas mesmo que isso não ocorra, é necessário ao menos fazer ajustes e melhorias na parte já construída, para oferecer melhores condições à população. Na sequência, passa-se a **ORDEM DO DIA**. Consulta os Senhores(as) Vereadores(as) se estão de acordo com a suspensão da leitura da Ata de acordo com a Resolução 006/2013. Os Senhores(as) Vereadores(as) se manifestam favoráveis à suspensão da leitura da Ata da Reunião Ordinária, pois já vieram até a Secretaria antes dessa Sessão e procederam a leitura da mesma, averiguando seus conteúdos. A Ata é aprovada pelos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. Neste momento a Sra. Presidente encaminha o Veto Parcial do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 06/2025 que, **AUTORIZA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABO VERDE, A CONCESSÃO AOS PORTADORES DE DIABETES TIPO 1 DO SENSOR MEDIDOR DE GLICOSE DIGITAL**, as Comissões de Legislação, Justiça, Redação e demais Comissões Permanentes para análise, discussão, elaboração de Pareceres e votação. A Sra. Presidente indaga se algum(a) Vereador(a) deseja comentar ou fazer algum requerimento verbalmente. De uso da palavra o Vereador Pedro Sérgio Aparecido **requer o que segue:** Gostaria de reiterar três requerimentos que já foram apresentados anteriormente, mas que, infelizmente, ainda não foram devidamente atendidos. Alguns até chegaram a ser executados, mas não de forma eficaz, sendo necessário refazê-los. O primeiro requerimento refere-se a um bueiro localizado na Avenida Nossa Senhora do Assunção, número 1018, próximo à residência do senhor Derson Siqueira. Esse bueiro foi reparado com a instalação de um cano, porém, ao que tudo indica, durante o processo de cobertura com a máquina, o cano foi danificado. Com as chuvas recentes, a água voltou a se acumular no local. É necessário abrir novamente e refazer o serviço corretamente. O segundo requerimento trata do desvio da água da chuva no Bairro dos Coelhos, nas proximidades da casa do

senhor Eder Siqueira. A água está atingindo diretamente a entrada da residência e danificando a estrada. Embora o trecho tenha sido asfaltado e o serviço tenha ficado bom, a água continua fluindo para o local. É preciso estudar uma forma de desviar esse fluxo para preservar a entrada principal da casa. O terceiro e último requerimento é a solicitação de instalação de uma lixeira na mesma região, para atender os moradores próximos e melhorar as condições de descarte de resíduos. De uso da palavra o Vereador **Lucas Guilherme da Silva requer o que segue:** **a)** Que seja providenciada manutenção por toda extensão do calçamento das ruas Inverno e Frei Luís Carlos Maters, no bairro Estações, tendo em vista desnivelamento dos bloquetes e buracos na rua; Embora o trecho mais crítico esteja em uma parte específica, a situação geral das vias é semelhante: os bloquetes estão se afastando, formando buracos e ondulações que não são perceptíveis nas fotografias, mas que, presencialmente, comprometem seriamente o tráfego e danificam os veículos. A Prefeitura já realizou serviços de recuperação semelhantes em outras ruas, e esse local também necessita urgentemente desse tipo de intervenção. Trata-se de uma demanda antiga dos moradores do bairro. **b)** Que seja providenciada manutenção de um banco existente na Praça Francisco Correia, no distrito de Serra dos Lemes, nas proximidades da Merceria Santa Rita, o qual está quase caindo e escorado por um pedaço de pau; Há dois bancos no local, e o que está à direita de quem olha para a praça está escorado com um pedaço de pau, pois sua base está quebrada. Os moradores costumam utilizá-lo para momentos de lazer e convivência, e a situação atual representa risco. Solicito que a Prefeitura realize o reparo necessário. **c)** Que seja providenciado cascalhamento nas estradas do bairro Córrego, mais especificamente no morro que vai para a propriedade do Roque, tendo em vista péssimas condições de trafegabilidade do local. A estrada encontra-se em péssimas condições. Embora a Prefeitura tenha feito um bom trabalho com a passagem da máquina, o serviço ficou incompleto por não ter sido aplicado o cascalho. Essa situação já era previsível, e sem o cascalhamento, a via rapidamente se deteriora com as chuvas. O Vereador **Pedro Sérgio Aparecido solicita um aparte e diz:** Vereador, essa descida é aquela que leva até a fazenda do senhor Roque, não é? É uma via que, quando chove, realmente se deteriora bastante. No entanto, parece que já há planos para modificar essa estrada, criando uma nova saída por outro lado, justamente para evitar aquele morro, que é bastante íngreme e complicado. O Vereador **Luiz Carlos Ribeiro solicita um aparte e diz:** Não sei se o senhor sabe, mas os nossos cascalhos hoje possuem um entrave judicial pra que continue a retirada do mesmo. O Vereador **Lucas diz:** Mas tem o vencedor da licitação já, não é? O município poderia utilizar o cascalho do fornecedor que venceu a licitação. Se ele foi o vencedor do processo, por que o município não está adquirindo o material dele? Ao invés disso, houve extração de cascalho de forma irregular, o que é preocupante. Fui informado de que o cascalho fornecido por esse licitante é um pouco mais grosso. No entanto, se esse for o caso, há uma máquina, aquele rolo compactador, que talvez consiga quebrar o cascalho e torná-lo adequado para uso. Não tenho certeza, mas é algo que pode ser avaliado

tecnicamente. **d)** O próximo requerimento é para que se torne oficial a minha fala a respeito da CEMIG. Gostaria que todos os vereadores pudessem encaminhar essa demanda junto comigo, solicitando à CEMIG que realize a manutenção das redes de energia. **e)** Queria pedir que a Câmara Municipal envie uma moção de congratulações ao atleta José Guilherme Cândido Vilela, de nove anos, esse aí do cabelinho amarelo abaixado. Ele foi representar nada mais nada menos que o São Paulo Futebol Clube lá na Espanha. Nessa competição, chamada Barcelona Cup, o São Paulo foi o único time da América do Sul presente e saiu vencedor. O torneio envolveu equipes da Europa e das Américas. É muito bacana ver um atleta de Cabo Verde representando também a nossa cidade. Ele não só representou o São Paulo, mas também levou o nome de Cabo Verde com muito orgulho. Com apenas nove anos, marcou três gols durante a competição. Pra quem não conhece, ele é filho do sargento Eder, meu companheiro da polícia, e da Flávia, que é veterinária. Então que a gente possa fazer essa moção de congratulações para ele, por essa vitória representando o Brasil e representando Cabo Verde, e que ele possa receber essa homenagem aqui na Câmara Municipal. **f) Senhora Presidente,** Com fulcro na Lei Orgânica do Município de Cabo Verde e no Regimento Interno desta Casa Legislativa, que conferem prerrogativa de fiscalização e requisição de informações ao Poder Executivo, bem como nos arts. 31 e 70 da Constituição Federal, na Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011) e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Vereador que este subscreve requer o envio de requerimento de respostas formais, claras e documentadas, ao Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias, aos pontos a seguir, indispensáveis ao exercício da função fiscalizatória deste Parlamento. **1) FUNDEB** -Em que pese a resposta apresentada por meio do Ofício nº 83/2025, a qual se limitou a remeter genericamente ao Portal da Transparência do Município para consulta pública, ressalta-se que tal providência **não supre o dever legal do Executivo de prestar informações diretas, claras e documentadas ao Poder Legislativo, quando formalmente solicitado no exercício de sua função fiscalizatória.** O Poder Legislativo Municipal, nos termos dos arts. 31 e 70 da Constituição Federal e dos arts. 33, incisos IX e X, e 72, §2º, da Lei Orgânica do Município de Cabo Verde, possui competência própria e autônoma para requisitar informações e documentos referentes à execução orçamentária e financeira da Administração Pública. O princípio da transparência, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal e na Lei nº 12.527/2011, **impõe à Administração Pública o dever de assegurar acesso pleno às informações públicas de forma compreensível e comprovada, não bastando a mera disponibilização de dados de difícil localização ou interpretação técnica.** Dessa forma, reitera-se que as informações relativas ao FUNDEB sejam encaminhadas diretamente a esta Casa Legislativa, de forma clara, analítica e devidamente fundamentada, acompanhadas de documentos comprobatórios, compreendendo, no mínimo: Relatório detalhado de todas as receitas e despesas do FUNDEB referentes ao exercício de 2024, demonstrando os valores recebidos, as despesas realizadas e os extratos bancários das contas

vinculadas ao Fundo; Resposta objetiva sobre a realização de assembleia ou audiência pública com os servidores da Educação para prestação de contas do FUNDEB, acompanhada das atas, pautas, registros e listas de presença; Informação fundamentada acerca da fonte de custeio utilizada para pagamento dos oficineiros, tendo em vista que, conforme alegado, tais profissionais não recebem recursos do FUNDEB, devendo constar documentos contábeis e orçamentários que comprovem as despesas; E quaisquer outros documentos que corroborem a veracidade e transparência das informações prestadas. **2) PROEPRE** Em que pese o envio de cópia do contrato firmado em fevereiro de 2025, documento de fácil acesso público pelo site da Prefeitura, salienta-se que a **resposta apresentada foi superficial e não atendeu ao dever de informação e de cooperação institucional entre os Poderes**. Ao ser formalmente questionado, o Executivo deve responder de forma substanciada, apresentando dados concretos, justificativas e documentação comprobatória, de modo a permitir a verificação da execução orçamentária e pedagógica do programa. Dessa forma, reitera-se a solicitação de envio dos seguintes elementos relativos ao PROEPRE: Demonstrativo completo dos valores empenhados, liquidados e pagos com a execução do programa, desde o início da vigência contratual; Relatórios de execução e resultados, descrevendo as formações e ações realizadas, público participante, período de execução e objetivos pedagógicos alcançados; Comprovação documental (notas fiscais, ordens de pagamento, relatórios de execução e frequência dos cursistas). **3) ENSINO EM TEMPO INTEGRAL** - Reitera-se, ainda, a solicitação de informações sobre a existência de repasses específicos (estaduais ou federais) destinados à manutenção do ensino em tempo integral, tanto nas escolas da zona rural e distritos quanto nas escolas da zona urbana. Por prudência e para evitar respostas genéricas ou subjetivas, reforça-se a necessidade de envio dos documentos comprobatórios correspondentes, tais como: Convênios ou termos de adesão firmados com o Estado ou a União; Comprovantes de recebimento dos repasses; Planilhas de destinação dos recursos; e Atos normativos municipais que regulamentem o ensino integral e o pagamento dos oficineiros. **4) MÓDULO Atividades Extraclasse** - Considerando que, na resposta encaminhada, a Secretaria Municipal de Educação limitou-se a sugerir a observância da Resolução SEE nº 4.968/2024, acompanhada de cronograma anual de Módulo II, observa-se que a referida resolução aplica-se exclusivamente à rede estadual de ensino, não possuindo efeito automático sobre o magistério municipal, salvo se houver ato normativo local que expressamente a tenha incorporado ou adaptado. Dessa forma, requer-se o envio da regulamentação municipal específica que discipline a composição da carga horário do magistério, bem como do Módulo na rede municipal, indicando o ato administrativo (lei, decreto, portaria ou instrução) que estabeleça a distribuição da carga horária, critérios de compensação e controle da frequência dos docentes. Ademais, quanto ao cronograma anual remetido, observa-se tratar-se de documento programático e não comprobatório, que apenas demonstra expectativa de realização de atividades, não comprovando

efetivamente o cumprimento das horas extraclasse ao longo do ano letivo nem, tão pouco, a duração. Considerando que o exercício de 2025 já se aproxima do encerramento, torna-se indispensável o envio de relatório consolidado e discriminado, contendo: Datas efetivas de realização dos módulos; Duração de cada encontro; Listas de frequência dos participantes; e Descrição das atividades desenvolvidas (formação, reunião pedagógica, planejamento, etc.). Tal documentação é essencial para aferir o cumprimento da jornada legal dos docentes, bem como para verificar se houve extrapolação da carga horária semanal sem a devida compensação, situação que, caso comprovada, enseja o pagamento de horas extraordinárias, conforme o art. 7º, XVI, da Constituição Federal e os arts. 47 e 49 da Lei Complementar Municipal nº 185/2023 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS - Por todo o exposto, reforça-se que o Poder Legislativo Municipal é um Poder independente e harmônico, cuja função constitucional precípua é a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos atos do Poder Executivo, nos termos dos arts. 31 e 70 da Constituição Federal e dos arts. 33, IX e X, e 72, §2º, da Lei Orgânica Municipal. **O Poder Executivo tem o dever jurídico e constitucional de prestar contas e fornecer informações completas e documentadas, garantindo a transparência da gestão pública e a efetividade do controle externo.** Ressalta-se que **qualquer recusa, omissão ou resposta insuficiente às solicitações do Legislativo configura descumprimento de dever legal e violação ao princípio da publicidade e da cooperação entre os Poderes, podendo ensejar responsabilização administrativa, política e até judicial dos agentes responsáveis.** Reitera-se, que as informações ora solicitadas não têm caráter facultativo, mas integram o dever permanente de transparência da Administração, sendo indispensáveis ao exercício legítimo e pleno da função fiscalizatória desta Câmara Municipal. Por fim, em que pese as **inúmeras manifestações anteriores, por vários vereadores, de descontentamento quanto à forma das respostas encaminhadas pelo Poder Executivo a esta Casa Legislativa**, as mesmas permanecem genéricas, omissas e desprovidas da devida comprovação documental, o que dificulta e compromete o exercício pleno da função fiscalizatória atribuída constitucionalmente ao Poder Legislativo. Diante disso, e considerando a essencialidade do cumprimento tempestivo e substanciado das informações por parte do Executivo, **em última manifestação de advertência institucional**, este Parlamentar informa que não haverá novas solicitações de compromisso ou reforço de orientação quanto à qualidade das respostas a serem prestadas. Persistindo o atual cenário de descumprimento, insuficiência ou omissão de informações, serão adotadas as medidas legais cabíveis perante os órgãos de controle competentes, notadamente o Ministério Público e o Tribunal de Contas, **a fim de assegurar a observância dos princípios da transparência, publicidade e moralidade administrativa**, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como a **Secretária de Educação poderá ser convocada para prestar esclarecimentos.** De uso da palavra o Vereador **João Paulo de Moraes requer o que segue:** a) Requer que seja realizada manutenção

e cascalhamento na estrada rural do Bairro Capitães, antes que se inicie o período chuvoso. O Vereador **Luiz Carlos Ribeiro solicita um aparte e diz:** Eu estive passando pelas estradas dos Capitães, tá ruim mesmo. Muita árvore e muito barro. Conversei diretamente com o prefeito, ele falou que até a tarde mandariam a máquina pra fazer o serviço lá. Se não mandou, vai amanhã cedo. Acredito que vai ser atendido rapidinho isso daí, porque tá até ruim de passar lá. O Vereador **Lucas Guilherme da Silva solicita um aparte e diz:** Esse pedido da estrada dos Capitães, o senhor já fez tem muito tempo, e eu também já pedi há bastante tempo. Eles chegaram a arrumar um trecho lá, mas dali pra frente não mexeram mais. Aquele trecho que vai pro Rivers Bar tá horrível. Tá muito ruim mesmo aquele morro que sai lá da Pedreira, pega à direita e vai em direção ao Rivers Bar. O Rivers Bar é um dos poucos pontos turísticos que a gente tem em Cabo Verde com uma estrutura bacana, um bar legal pra gente comer uma porção, ver uma paisagem bonita, tem as cachoeiras lá. Então é preciso fazer essa manutenção em toda a região dos Capitães, já faz tempo que tá precisando. E o cascalho também, né? Porque passaram a máquina em alguns pontos, mas só isso não adianta nada. **b)** Requer que seja realizada pintura dos meio fios e limpeza nas ruas do Bairro Chapadão e demais ruas da Cidade para uma melhor aparência visual, pois se aproxima o final do ano e muita gente de fora vem visitar nosso Município. De uso da palavra o Vereador **Luiz Carlos Ribeiro requer o que segue:** Senhora Presidente, gostaria de solicitar o envio de uma moção de felicitações ao senhor Bruno Megda, que mais uma vez se destacou internacionalmente ao conquistar o título de campeão em uma competição realizada na China. Bruno competiu com quarenta provadores de café e obteve o primeiro lugar, localizando corretamente oito amostras em apenas dois minutos e dez segundos. O segundo colocado também acertou todas as amostras, porém levou três minutos e dezoito segundos para concluir a prova — ou seja, mais de um minuto a mais que Bruno. Parabenizo Bruno por esse feito extraordinário, que mais uma vez leva o nome de Cabo Verde ao cenário internacional e coloca nossa cidade em evidência com muito orgulho. De uso da palavra a Vereadora **Liamara Pereira Castello Branco requer o que segue:** Providências quanto a reclamação de mau cheiro exalado em cemitério por conta de serviço mal feito em túmulo após sepultamento, tratando-se de falta de respeito tanto com a pessoa sepultada quanto com seus familiares. **b)** Requer que seja sanada a dificuldade com o abastecimento de água no cemitério Municipal, pois mesmo com a instalação de caixas d'água, é preciso buscar água com balde, e muitas vezes ela já está esgotada, especialmente próximo ao Dia de Finados, quando há maior movimentação. — Que se construa uma estrutura minimamente digna para os visitantes com água potável, banheiros e área coberta, pois, se alguém estiver em um sepultamento e começar a chover, não há onde se abrigar. É urgente que se faça uma reestruturação séria no cemitério. — Reconstrução do muro que está em péssimas condições. — Retirada do lixo e entulhos que está empilhado após a reforma. — Melhoria do acesso ao portão dos fundos. Solicito que sejam tomadas providências imediatas quanto à estrutura do cemitério e que se apure o ocorrido no

sepultamento citado. As pessoas sepultadas ali não votam mais, mas seus familiares sim, e merecem respeito. A Sra. Presidente consulta todos(as) Senhores(as) Vereadores(as), se estão de acordo com o envio dos Requerimentos. Todos(as) se manifestam favoráveis ao envio dos mesmos a seus destinatários. A gravação desta Reunião fica salva em arquivo eletrônico em sua integralidade, caso haja alguma dúvida por parte de algum(a) Vereador(a) sobre sua fala, devendo o(a) Vereador(a) se manifestar em tempo hábil, para a devida correção, antes da aprovação desta Ata. Nada mais havendo para constar e tratar nessa sessão, agradece a presença de todos e deixa marcada a próxima para o dia 10 de novembro de 2025, as 19 horas. E eu Assessora Legislativa, lavro a presente Ata que, depois de submetida ao Plenário, se aprovada, vai por todos assinada.

João Paulo de Moraes

José Maria Messias

Juscelino Tereza

Liamara Pereira Castello Branco

Lucas Guilherme da Silva

Luiz Carlos Ribeiro

Maísa Renata Batista Gianini

Marcos Alexandre da Silva

Pedro Sérgio Aparecido

OBSERVAÇÕES: _____

ESTE ESPAÇO EM BRANCO FICA INUTILIZADO.